

BRASIL ORGANIZADO PARA DERROTAR A EXTREMA DIREITA E RECONSTRUIR O PAÍS: POR UM PROJETO SOBERANO, DEMOCRÁTICO E DE JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

O mundo enfrenta o aprofundamento de desigualdades e exploração decorrentes da crise do capitalismo, sobretudo após 2008 e, com isso, a elite imperialista mundial tende a provocar grandes tensões e guerras para manutenção dos seus acúmulos de riqueza. A saída política dos mais ricos tem sido o fortalecimento da extrema direita, para construção de maiorias eleitorais e acumulação de força social que possibilitem o aprofundamento da agenda neoliberal e o avanço em políticas que agudizam as condições precárias de vida da classe trabalhadora. Esta aliança política, das elites financeiras da extrema direita, tem aprofundado um modelo econômico predatório no qual a tônica é a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e dos recursos naturais para acumulação dos lucros da menor parte da sociedade. Toda esta agenda econômica é colocada de pé sobre uma política autoritária e fascizante, que tenta impor um conjunto de retrocessos a direitos fundamentais, conquistados historicamente

Nesse contexto, o retorno de Trump à presidência dos Estados Unidos amplia a ofensiva autoritária, reforçando uma política anti-imigratória e uma escalada tarifária generalizada aos países, no caso do Brasil feito através do BRICS. Uma tentativa de minorar os efeitos da crise da hegemonia estadunidense, ao passo que tenta consolidar uma ofensiva ao rearranjo econômico e político que tem se desenhado na geopolítica global. Essa ofensiva imperialista busca manter sua hegemonia global, sufocando qualquer projeto de soberania nacional, na tentativa de enfraquecer o Sul Global como uma estratégia central do capitalismo financeirizado. Por exemplo, a tentativa “clássica” de golpes militares na Bolívia, o governo autoritário e antipovo de Milei na Argentina, o aumento do bloqueio econômico à Cuba. Além disso, há uma crescente das forças de extrema direita na Europa e o avanço do genocídio palestino persiste. Em contrapartida, a China se coloca enquanto alternativa à hegemonia do dólar americano, propondo uma nova lógica monetária internacional que supere o favorecimento dos EUA frente às demais nações e, conseqüentemente, sua hegemonia, podendo fortalecer o Brics e abrir caminhos para um modelo que fortaleça e reafirme o papel dos BRICS.

A extrema direita é impulsionada por uma rede de "milícias digitais", onde as redes sociais dominam o debate público e a disputa política se transforma em espetáculo, promovendo uma performance de radicalidade, alinhado também com os magnatas das Big Techs que ditam os algoritmos e além disso, incentivam dentro de suas redes a propagação das fake news e discursos de ódio. Essa postura enganosa de ser

"antissistema", que projeta o sistema nas instituições e nas elites culturais, enquanto se alia às elites econômicas, está alinhada com uma agenda de medidas de austeridade fiscal, privatizações, venda de patrimônio público, exploração intensiva da naturais, desrespeito aos direitos humanos, precarização do trabalho e desmantelamento das políticas de seguridade social. Tudo isso representa um severo ataque ao Estado Democrático de Direito, especialmente na América Latina e aos direitos sociais conquistados por meio das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.

No contexto brasileiro recente, mesmo com o golpe à Presidenta Dilma Rousseff e os governo da extrema-direita, que foi marcado por retrocessos e ataques aos direitos sociais, mas também por intensas batalhas dos movimentos populares e democráticos, a eleição de Lula, em 2022, significou um rompimento temporário de um ciclo de ataques ao povo brasileiro. Devemos destacar o papel da UNE, que organizou os Tsunamis da Educação e construiu atos massivos pelo Fora Bolsonaro e teve um papel fundamental na formação de uma frente ampla, na vitória de Lula nas eleições de 2022. Esse evento histórico deu início a um novo ciclo político no país, com a oportunidade de retomar um programa voltado para o povo, simbolizando uma derrota significativa do neofascismo tanto no Brasil quanto na América Latina. No entanto, a superação definitiva do bolsonarismo e a derrota da extrema direita exige mais do que uma derrota eleitoral: é necessário dismantelar suas bases econômicas, políticas e ideológicas, que seguem atuando dentro das instituições do Estado e na sociedade.

A tentativa de golpe por parte de Bolsonaro e seu esforço para solapar a democracia no Brasil representam um período obscuro que não deve ser esquecido ou ignorado. Assim como a anistia de 1979 garantiu impunidade para os crimes da ditadura, a ausência de punições rigorosas para Bolsonaro e seus aliados representa uma repetição da história, um sinal de aval para novos ataques à democracia brasileira. Pedir a prisão e a responsabilização daqueles que ameaçaram a democracia e tentaram tomar o poder de maneira violenta após a derrota de seu projeto antidemocrático nas eleições de 2022 não é apenas uma questão de justiça, mas também uma forma de afirmar que não há mais espaço na nossa história para golpes e para o autoritarismo, uma maneira de debater com a sociedade brasileira sobre a defesa da democracia e mais, sobre qual é a democracia que nós queremos. O sucesso do filme "Ainda Estou Aqui", que retratou anos de impunidade aos torturadores da ditadura, abriu um diálogo na sociedade sobre a necessidade de punir aqueles que defendem um regime autoritário. Não podemos permitir, nem tratar com naturalidade, que, anos depois, ainda tenhamos novas tentativas de impor uma ditadura em nosso país. Enfrentar a extrema-direita passa por atuar diretamente para dismantelar a organização de seus principais líderes. Mais recentemente o STF decide pelo julgamento de Bolsonaro e os golpistas, os atos por Anistia realizados por eles

demonstraram a preocupação com a possibilidade cada vez mais concreta da prisão de Bolsonaro. Ainda que a pauta da anistia mobilize a parcela mais fiel do bolsonarismo, a maior parte da população concorda com a responsabilização criminal e judicial dos organizadores da tentativa do golpe, incluindo Jair Bolsonaro. Por isso a pauta “Sem Anistia! Prisão para Bolsonaro e os golpistas” segue sendo central para o movimento estudantil.

Diante da possibilidade de avançarmos em temas centrais e acumularmos forças na sociedade, enxergamos o desafio de fortalecer o governo Lula e ampliar sua capacidade de implementar o programa para o qual foi eleito, em um contexto de frente ampla, constituída por diversos setores e disputada por interesses muitas vezes distintos. De um lado, um setor que historicamente construiu lutas por mais direitos e conquistas para a classe trabalhadoras. De outro lado vemos setores do chamado “centrão” e da direita liberal, que não se comprometem com uma agenda de mudanças econômicas, políticas e sociais que melhorem as condições de vida do povo e em torno de uma agenda anti-povo. Precisamos estar nas universidades construindo a luta e pressionando o congresso e o governo para apontar os avanços que a sociedade brasileira necessita, garantindo o êxito do programa popular eleito em 2022.

A política fiscal do governo é um exemplo dessa disputa, direcionando esforços para setores da economia que poderiam ajudar na recuperação fiscal do país. O governo enfrenta limitações impostas pela atual correlação de forças e, diante das pressões do mercado financeiro, adota uma política econômica que, embora pontue o equilíbrio fiscal, ainda não encontra desafios para atender as demandas sociais enfrentadas pelo povo brasileiro, como evidencia o debate em torno do Arcabouço Fiscal. É certo, que há medidas relevantes, como destaca-se a reforma do imposto de renda, que desonera um expressivo número de pessoas do pagamento do imposto de renda, reduz a alíquota de parte da população e caminha para uma correção das taxas tributárias no Brasil. No entanto a crescente pressão do mercado financeiro, com a influência da grande mídia sobre o governo, o pacote também inclui cortes no orçamento público, o que impacta diretamente setores como a educação, limitando investimentos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, o pacote afeta direitos trabalhistas, como o abono salarial, que é um benefício essencial para todos os trabalhadores sob o regime CLT, e também o reajuste do salário mínimo, que impacta milhões de brasileiros que dependem dessa renda.

Entendemos que a tarefa de reconstruir o país e melhorar a vida da maioria do povo, após anos de sequestro do Estado Nacional por parte das elites financeiras e em um contexto de recessão econômica no mundo, e com um governo marcado pela heterogeneidade da frente que o elegeu e que o governa, portanto, marcados por

constantes disputas em torno dos rumos do projeto eleito. Precisar governar com um congresso nacional fisiológico dirigido pela direita e que herdou os piores vícios do período de Bolsonaro, como o sequestro de $\frac{1}{3}$ do orçamento da união pelas emendas parlamentares impositivas e por um *modus operandi* de constante chantagem ao Planalto.

Diante dessa disputa, a resposta para o fortalecimento do projeto popular e de isolamento da extrema direita não está de maneira nenhuma em ceder à pressão do mercado financeiro e suas instituições. É preciso através de muita mobilização popular junto a unidade dos movimentos sociais pressionar para alterar a correlação de forças e conquistar a superação da política econômica e fiscal ortodoxa que prioriza a política do Déficit Zero, da alta taxa de juros sustentada pelo Banco Central (a taxa básica vem sendo elevada, somente no acumulado de 12 meses até novembro de 2024, foram 918 bilhões de reais torrados em juros), da manutenção do Tripé Macroeconômico que são obstáculos para a reindustrialização do país e a ampliação dos investimentos em educação e áreas estratégicas para a diminuição da desigualdade social. Pressionar, também, no debate acerca da taxação dos super ricos e no aumento real do salário mínimo, que é uma das principais políticas de distribuição de renda e crescimento econômico, o BPC, os pisos constitucionais da saúde e educação não podem ser colocados em xeque para que se alcance as metas do arcabouço fiscal.

Ainda, em 2025, todas as atenções do mundo se voltam para o Brasil, com a realização da COP 30 em Belém. Diante da profunda ameaça colocada pela emergência climática, pondo em risco a continuidade da vida humana no planeta como conhecemos, a agenda socioambiental deve estar no centro. É evidente as limitações do regime formal de governança ambiental, em cujas metas do Acordo de Paris não são cumpridas pelos governos, e os compromissos firmados não se traduzem na realidade. A COP deste ano já está marcada pelo completo esvaziamento por parte dos Estados Unidos, que sob a administração Trump, leva a cabo uma política aberta de negacionismo climático com o apoio das grandes petrolíferas que buscam ir até às últimas consequências no aprofundamento do capitalismo e por tabela no aprofundamento da injustiça ambiental. Diante disso, o Brasil deve dar o exemplo internacional, sendo parte da alternativa no enfrentamento à crise climática, contribuindo com o debate da transição energética. A COP deste ano não deve ser marcada pela exploração de petróleo na Amazônia, mas por um avanço rumo à transição ecossocial, combatendo o racismo ambiental e as injustiças climáticas. É fundamental valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos originários e integrar o saber acadêmico para construir um futuro pautado pela justiça climática.

Nesta arena, a unidade mais do que nunca é a bandeira da esperança. A UNE

enfrenta uma tarefa gigantesca para o próximo período, assumindo o desafio de popularizar o discurso e as lutas em torno de um projeto de país que promova o desenvolvimento industrial e social, ambientalmente sustentável como forma de combater a uberização do emprego. Isso inclui aumentar os investimentos públicos em educação e saúde, implementar a taxaço das grandes fortunas, combater as políticas que favorecem o capital especulativo, regulamentar as grandes empresas de tecnologia, lutar por justiça socioambiental e uma transição energética justa e popular e expandir programas que enfrentam a fome - como as iniciativas das Cozinhas Solidárias e a desigualdade social. Um exemplo disso é o movimento “Vida Além do Trabalho”, que tem trazido à tona, na opinião pública, a discussão sobre o fim da jornada de trabalho de 6x1 por meio da mobilização popular. Mais do que resistir, é preciso avançar na construção de um novo modelo de desenvolvimento que enfrente as desigualdades estruturais do país.

A disputa ideológica na sociedade é um fator essencial na conquista da opinião pública, exigindo uma comunicação clara e acessível às massas. Por isso, é preciso que saíamos pelo país numa campanha pela regulamentação das redes sociais e democratização dos meios de comunicação e Internet. No Brasil de 2025, não podemos continuar reféns de bilionários e Big Techs. Pois a América Latina, marcada pela herança dos regimes autoritários do passado, também pulsa com a esperança intransigente de um futuro mais justo e soberano.

A grande unidade que construímos nas ruas e nas universidades contra a extrema direita que possibilitou a eleição de Lula, precisa estar também representada dentro da União Nacional dos Estudantes. Somente de mãos dadas, resguardando o espaço para as divergências, mas construindo a UNE com independência e com uma agenda avançada de mobilização popular é que conquistaremos. É neste sentido que a UNE, em conjunto com todos os movimentos sociais e sindicais do Brasil, lançou o plebiscito popular sobre a isenção do imposto de renda para os mais pobres, taxaço dos mais ricos e fim da escala 6x1.

Os temas centrais do nosso país, como redução da jornada de trabalho e justiça tributária, devem ser decididos pelo povo. Por isso convocamos todas entidades gerais do movimento estudantil brasileiro a construir com muito afinco e mobilização a realização desta iniciativa do Plebiscito Popular. Cada universidade brasileira será um local de votação e um comitê permanente de mobilização. Além disso, os estudantes darão sua contribuição para além dos muros das faculdades e locais de ensino, pois essa sempre foi uma marca do movimento estudantil.

A UNE foi capaz de atravessar décadas superando os desafios impostos a cada geração por contar no seu interior com uma grande pluralidade de opiniões políticas, enraizadas nas bases das universidades. Toda essa multiplicidade constitui uma grande

riqueza para os estudantes brasileiros e faz com que sua entidade máxima seja uma grande síntese do Brasil. Para que a UNE siga liderando esse processo no nosso momento histórico convocamos mais uma vez a unidade de todos setores para derrotar a extrema direita e avançar no projeto eleito nas urnas em 2022.